

Fevereiro de 2018 | nº1 - nova série | Ano II | Boletim de Natureza e Património
www.apnct.com | apnct@sapo.pt

Folhas do Parque

Associação de Protecção da Natureza
do Concelho de Trancoso

Editorial

No mês em que a Associação de Protecção da Natureza do Concelho de Trancoso celebra 29 anos de existência, marcados por uma profícua actividade no que respeita à defesa do ambiente, à conservação da natureza e salvaguarda do património natural e construído, retomamos a publicação do Boletim de Natureza e Património *Folhas do Parque*, veículo que cremos fundamental para a divulgação do trabalho por nós desenvolvido, mas sobretudo como instrumento de sensibilização e de incentivo à acção na protecção e dinamização do património natural e cultural do concelho de Trancoso.

Nos últimos anos, a APNCT reconheceu um incremento da sua actividade, tendo organizado dezenas de iniciativas junto da comunidade local (sobretudo da estudantil) - caminhadas interpretativas do património natural e construído, ateliers dedicados à Biologia e à Arqueologia, saídas de campo, palestras, jornadas técnicas, workshops - bem como, assegurado vários postos de trabalho (através de programas de estágio do IEFP) e participado em diversas iniciativas não só no concelho de Trancoso, mas também fora dele.

É com agrado que apresentamos ao público a nossa nova plataforma web, na qual se encontra disponível grande parte do labor da associação nos últimos 29 anos. Todavia, ainda são vários e exigentes os desafios que se colocam à APNCT, desde a renovação dos seus corpos sociais e da sua massa associativa, por forma a garantir a sua continuidade, até à diversificação das suas fontes de financiamento, que permita continuar a actividade regular e dinâmica dos últimos anos.

Contamos com todos vocês para prosseguir a nossa missão.

Tiago Gil
(Presidente da Direcção)

24 de Fevereiro 2018 Aniversário APNCT

CASA DO PARQUE MUNICIPAL DE TRANCOSO

A Associação de Protecção da Natureza do Concelho de Trancoso celebrou, no passado dia 14 de Fevereiro, 29 anos de actividade. Desta forma, para o dia 24 de Fevereiro estão programadas várias iniciativas destinadas tanto ao público escolar e juvenil do concelho, bem como à comunidade em geral.

O dia comemorativo começará com um peddy paper destinado aos mais jovens, que procurará dar a conhecer melhor o Parque Municipal de Trancoso e as espécies arbóreas nele existentes, mas também um pouco da história da APNCT. Pela tarde, e após a Assembleia Geral Anual, será apresentada a nova página electrónica da APNCT e lançado um novo número do Boletim de Natureza e Património "Folhas do Parque". A finalizar a iniciativa terá lugar um pequeno lanche convívio.



ASSOCIAÇÃO DE PROTECÇÃO
DA NATUREZA DO CONCELHO DE TRANCOSO

COMEMORAÇÃO DO 29º ANIVERSÁRIO

24 DE FEVEREIRO DE 2018
CASA DO PARQUE MUNICIPAL - SEDE APNCT

PROGRAMA

- 10h00 Peddy paper "À descoberta do Parque Municipal"
- 14h00 Assembleia geral anual
- 15h30 Apresentação do novo website
Lançamento do boletim "Folhas do Parque"
- 16h30 Lanche convívio

Casa do Parque, Apartado 43 - 6420-909 Trancoso
T. 271 811 399 | apnct@sapo.pt | facebook.com/APNCTrancoso



Cartaz APNCT

Assembleia Geral Anual 2018

No próximo dia 24 de Fevereiro, os sócios da APNCT reunir-se-ão em Assembleia Geral, pelas 14 horas na Casa do Parque Municipal. A ordem de trabalhos contempla:

- 1) Discussão e deliberação sobre o Relatório e Contas do Ano 2017;
- 2) Apreciação, discussão e deliberação do Plano de Actividades para o ano de 2018;
- 3) Eleição dos corpos sociais para o triénio 2018-2021;
- 4) Outros assuntos de interesse para os associados.

Apresentação da nova página web

Pela comemoração do seu aniversário, a APNCT irá apresentar publicamente a sua nova página web. Este importante instrumento de divulgação do seu trabalho agregará conteúdos diversos relacionados com a Natureza e com o Património (nomeadamente uma Ecoteca) e disponibilizará os resultados dos vários projectos realizados ao longo das últimas duas décadas.

Estágio APN

No âmbito da medida Estágio Emprego do IEFP, a APNCT acolhe desde Julho de 2017 um projecto de estágio que procura dinamizar uma série de iniciativas destinadas a estreitar a relação da APNCT com a comunidade local (sobretudo a estudantil).



Andreia Garrido



19 de Fevereiro 2017 28º Aniversário da Associação

No dia 19 de Fevereiro de 2017, teve lugar a comemoração do 28.º Aniversário da Associação de Protecção da Natureza do Concelho de Trancoso.

A iniciativa começou com um visita guiada ao Parque Municipal de Trancoso, por forma a dar a conhecer um pouco da sua história e as inúmeras espécies que o compõem. Mais tarde, foi inaugurada uma pequena exposição fotográfica sobre a história da APNCT. Os mais novos puderam ainda tomar contacto com diversos jogos tradicionais. Por fim, teve lugar na sede da associação um almoço convívio em que se trocaram ideias acerca das várias actividades a realizar pela associação.

A Associação de Protecção da Natureza do Concelho de Trancoso é uma Organização Não Governamental de Ambiente, criada em 14/02/1989.

01 Início da visita guiada ao Parque Municipal

02 Almoço convívio - Sede APNCT



01



02

Fotografias APNCT

30 de Abril de 2017

Participação no 1º Encontro de Associações Culturais e de Defesa do Património da Raia e dos Vales do Côa e Águeda

A APNCT esteve presente, a convite da RIBACVDANA - Associação de Fronteira para o Desenvolvimento Comunitária, no 1.º Encontro de Associações Culturais e de Defesa do Património da Raia e dos Vales do Côa e Águeda, que decorreu no dia 30 de Abril de 2017, no Auditório da Casa da Cultura de Figueira de Castelo Rodrigo.

Neste evento transfronteiriço, em que participaram mais de uma dezena de associações, foram debatidas as temáticas da cooperação associativa transfronteiriça, bem como a importância da criação da Rede Colaborativa de Valorização do Património dos Vales do Côa e Águeda.



Fotografia Renato Roque



24 a 26 de Março de 2017

Participação nas "XXIII Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental - Ecocidadania", Guimarães

ORGANIZADAS PELA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (ASPEA), EM PARCERIA COM O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES.

A Associação de Protecção da Natureza do Concelho de Trancoso esteve presente nas XXIII Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental, organizadas pela ASPEA e subordinadas ao tema "Ecocidadania", que tiveram lugar no Centro Cultural Vila Flor, em Guimarães, entre os dias 24 e 26 de Março de 2017.

No dia 25 de Março, integrou o painel "Estratégias e Recursos em Educação Ambiental em contexto local", tendo o presidente da direcção apresentado uma comunicação intitulada "A Associação de Protecção da Natureza do Concelho de Trancoso: 28 anos entre a Natureza e o Património", na qual falou sobre o percurso da APNCT desde a sua criação em 1989.

A associação dispôs ainda de uma pequena banca onde divulgou os roteiros do Parque Municipal de Trancoso e o seu Boletim de Natureza e Património.

Fotografia ASPEA

7 de Junho de 2017 Dia da Criança



A Associação de Protecção da Natureza do Concelho de Trancoso participou, a convite da União de Freguesias de Trancoso (Santa Maria e São Pedro) e Souto Maior, nas comemorações do Dia da Criança, que tiveram lugar no Parque Municipal de Trancoso, no dia 7 de Junho de 2017. Foram dinamizados dois ateliers, um sobre Entomologia (a especialidade da biologia que estuda os insectos) e Arqueologia (disciplina que estuda as materialidades das sociedades do passado).

No primeiro, os participantes puderam perceber a função e importância dos insectos, bem como aprenderam a fazer a sua análise taxonómica através da recolha e observação de espécimes. Durante o segundo, o Atelier “Pequenos Arqueólogos”, as crianças puderam tomar parte activa numa pequena ‘escavação arqueológica’, através da qual ficaram a conhecer as diversas técnicas de escavação, registo e inventário dos materiais recolhidos.



01



02



03



04

01 Atelier de Arqueologia - O que é a Arqueologia?
02 Atelier de Entomologia - Recolha de Espécimes

03 Atelier de Arqueologia - Técnicas de Escavação
04 Atelier de Arqueologia - Técnicas de Escavação

Fotografias APNCT

JORGE PAIVA

CENTRE FOR FUNCTIONAL ECOLOGY - SCIENCE FOR PEOPLE & THE PLANET. UNIVERSITY OF COIMBRA

OS INCÊNDIOS E A DESERTIFICAÇÃO DO PORTUGAL FLORESTAL



jaropa@bot.uc.pt

O povo que habitava primitivamente a Lusitânia, vivia da floresta que lhes fornecia caça, peixe, frutas, farinha de bolota para o pão (não conhecia o trigo), castanha (substituída pela batata após os Descobrimentos) e verduras (veijas). É disto testemunho, o que Estrabão refere ao descrever o povo que os fenícios encontraram (primeira idade do Ferro) neste extremo ocidental europeu (“... três quartas partes do ano alimentam-se sempre com bolotas secas, partidas e esmagadas, com as quais fazem um pão que se conserva muito tempo. Uma espécie de cerveja é a sua bebida ordinária...”). São também testemunho disto, os pães de castanha ou pão dos bosques, a “bola sovada” (falacha) e “pratos relíquias” à base de castanha, como o paparote ou caldulo que ainda se comem em algumas regiões beirãs, e, ainda, alguma “actividade social” baseada na castanha, como, os magustos, estando as brechas (apanha prévia, pela garotada) e os rebuscos (apanha das sobras pelos aldeões de fracos recursos) praticamente em desuso.

Quando o homem inicia o cultivo de cereais (trigo e cevada) e a domesticação de animais (cabra, ovelha e porco) há cerca de 8-7 mil anos, inicia-se a degradação da floresta. Uma parte das montanhas do norte do país, como, por exemplo, a serra de Castro Laboreiro, talvez já estivesse com a floresta muito degradada no início da nossa nacionalidade. A riqueza arqueológica dessa região (mamoas, castros, etc.) assim o comprova. Essa degradação continuou depois

com a pastorícia e agricultura rural até aos nossos dias, de que as brandas, inverneiras, vezeiras, socialcos e prados-de-lima são ainda o testemunho desse património cultural a preservar.

Por outro lado, os Descobrimentos e respectiva Expansão tiveram grande impacto na devastação das formações florestais do nosso país. A investigação histórica florestal sobre as orientações da evolução dos ecossistemas florestais que acompanharam os rumos da política económica em distintas épocas, confirmam que os Descobrimentos tiveram uma grande responsabilidade na exploração e declínio das florestas europeias e, evidentemente, também das de Portugal.

Inicialmente, para a construção naval, foi utilizada madeira de azinheira (*Quercus ilex* subsp. *ballota* = *Q. rotundifolia*) e de sobreiro (*Quercus suber*), pela abundância destas árvores nas proximidades dos estaleiros da capital. Porém, devido à utilidade destas duas espécies de carvalhos, fornecedores, respectivamente, de bolota comestível e cortiça, foi proibido o abate destas duas preciosas e úteis espécies de árvores, tendo sido substituídas pelo carvalho-alvarinho (*Quercus robur*), o carvalho de maior porte que temos [para cada nau eram necessários entre dois mil a quatro mil carvalhos]. Outras madeiras utilizadas, mas em menor quantidade, portanto, com fraco impacto ambiental, foram o pinho (*Pinus pinaster*) para a mastreação e

vigamento e o castanho (*Castanea sativa*) para o mobiliário. Só para a “Campanha de Ceuta” foram necessárias 200-300 naus e durante a Expansão dos Descobrimentos, para a Índia construíram-se 700-800 naus e para o Brasil cerca de 500. Portanto, durante essa época derrubaram-se mais de 5 milhões de carvalhos. Foi assim que se desflorestou grande parte do país, tendo desaparecido muitos dos nossos riquíssimos carvalhais, plenos de Biodiversidade. O declínio não foi apenas de plantas. O urso, por exemplo, extinguiu-se, nessa época, em Portugal.

Como se referiu, para as naus foi usado, fundamentalmente, madeiramento de carvalho-alvarinho (*Quercus robur*). Mais tarde, para a construção da rede de caminho-de-ferro, foram derrotadas as florestas onde predominava o carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*), cuja madeira servia para fabrico das travessas das vias férreas.

Assim, as montanhas, particularmente as da região entre o Douro e o Tejo, foram praticamente desarborizadas e, portanto, erodidas, tendo sido o respectivo solo arrastado, assoreando os rios. O Mondego, por exemplo, assoreou de tal modo e tão rapidamente, que as freiras do Convento de Santa-Clara-a-Velha, que ali se instalaram no início do século XIV, três séculos depois (1677), isto é, após o auge da Expansão, tiveram que o abandonar, devido ao assoreamento do rio Mondego. Actualmente, em frente a Coimbra, o rio tem 30-40 metros de altura de areia.

Com as montanhas desarborizadas, a população passou a viver do pastoreio. A pastorícia intensiva também teve grande impacto na destruição da flora portuguesa, utilizando gados nacionais, mas também espanhóis na época medieval. A transumância dos rebanhos das planícies para a montanha no verão e vice-versa no inverno, só decaiu grandemente durante o século XX. Os rebanhos vindos de

consequente assoreamento de uma grande parte dos nossos rios.

A destruição foi tal que os ecossistemas florestais portugueses, de que ainda possuímos algumas relíquias muito degradadas, foram sendo substituídos por urzais (*Erica* spp. e *Calluna vulgaris*), giestais (*Cytisus* spp.) e tojais (*Ulex* spp.) ou formações naturais mistas de urzes, giestas, tojo e carqueja (*Pterospartum tridentatum*), vulgarmente conhecidos pela designação genérica de matos.

A partir de certa altura, essas áreas de mato foram rearborizadas com o pinheiro bravo (*Pinus pinaster*). O primeiro Regimento de Reflorestação que conhecemos são as leis publicadas em 1495 e integradas nas Ordenações Manuelinas. Com a conhecida Lei das Árvores de 1565, que constitui uma política de promoção de rearborização nos baldios ou propriedades privadas de todos os municípios, dá-se o incremento do pinhal.

Esta lei realça a prioridade das resinosas, o que constitui um marco importante na história florestal do nosso país, tendo-se dado, portanto, o início da difusão dos pinheiros pelas montanhas portuguesas e, praticamente, por todo o território. Mas a lei, além dos pinheiros, menciona também castanheiros e carvalhos e “outras quaisquer árvores”. Já nessa altura se indicavam as folhosas para as arborizações, e não apenas resinosas. Aliás, era obrigatória a utilização de folhosas, mas, infelizmente, também já nessa altura, não se cumpriam as leis. Muitos municípios não cumpriram a lei alegando desconhecimento da mesma ou alegando que os castanheiros, figueiras, carvalhos, amoreiras, etc. não tinham pegado “por a terra ser tão fria”, o que é realmente estranho num país onde aquelas espécies nascem e crescem naturalmente. Semeou-se pinheiro bravo e pinheiro manso (*Pinus pinea*), conhecendo-se a composição florística das matas nessa



regiões que rodeavam as nossas serras, juntavam-se aos serranos, agrupando-se os animais em rebanhos de 1-3 mil ou mais cabeças de gado, à guarda de pastores serranos. A quantidade de animais que pastava nas serras era muito elevada, degradando os ecossistemas florísticos da montanha, com a consequente erosão dos solos.

Os fogos e a prática das queimadas nas regiões agrícolas e também nas regiões de pastoreio, foram outro factor que contribuiu e continua a contribuir para a desertificação das nossas montanhas.

As referências de fogos em Portugal podem remontar-se, pelo menos, aos fins do século XII, e os seus nefastos efeitos operaram uma modificação quase integral na cobertura vegetal de Portugal, e o

época, diferenciando-se em vários pinhais, quer de pinheiro manso, quer de bravo.

O pinheiro bravo ecologicamente é uma árvore bem adaptada aos ambientes de Portugal atlântico. Sendo uma resinosa de crescimento mais rápido que o carvalho, foi semeada com maior profusão do que o pinheiro manso e do que as folhosas, tendo ampliado extraordinariamente a respectiva área, particularmente depois da criação dos “Serviços Florestais” e da política de arborização do “Estado Novo”, tendo-se criado em Portugal a maior área de pinhal contínuo da Europa.

As nossas montanhas transformaram-se então num imenso pinhal,



outrora cobertas fundamentalmente por carvalhais caducifólios.

O povo que vivera da floresta primitiva (caça, bolota, castanha, etc.), após a destruição desta, passou a viver dos matos (pastorícia), modificando novamente os seus hábitos passando, seguidamente, a viver do pinhal, que lhe dava madeira, lenha, resina, e muitos objectos manufacturados artesanalmente, como colheres, garfos e até facas.

Para sul do Tejo, apesar de se terem devastado muitos sobreirais e quase todos os montados de azinho, particularmente após a célebre campanha do trigo, o pinhal, quer de pinheiro bravo quer de manso, nunca teve grande implantação.

A partir de meados do século passado (XX) os pinhais têm vindo a ser substituído por eucaliptais, particularmente de *Eucalyptus globulus*. Os eucaliptos interessam mais às celuloses por serem árvores de crescimento mais rápido do que os pinheiros. Nas últimas décadas incrementaram-se tão desenfreadamente as plantações de eucaliptos que se criou em Portugal a maior área de eucaliptal contínuo da Europa.

Com as montanhas ocupadas por eucaliptais, deu-se o êxodo rural pois, como os eucaliptos são cortados periodicamente de dez em dez anos, o povo não fica dez anos a olhar para as árvores em crescimento, sem ter mais nada que fazer. Isto porque os eucaliptais não dão para mais nada a não ser madeira para as celuloses, pois além de não terem praticamente mato útil, não podem ser cortados para lenha nem fornecem boa madeira para construção ou mobiliário. Assim, o povo além do abandono rural a que foi “forçado”, ficou ainda numa dependência económica monopolista, um risco para o qual não é, nem nunca foi, alertado.

Como é do conhecimento geral, a partir de 1975 aumentaram espectacularmente os fogos florestais em Portugal, constituindo um verdadeiro escândalo nacional a destruição não só da nossa vasta área de pinhal, como de algumas relíquias florestais e até de zonas agrícolas. Na nossa opinião, a delapidação técnica e humana dos Serviços Florestais, operada pelos sucessivos governos após a “Revolução dos cravos” (25. IV. 1974) e a desumanização do meio rural, são as principais causas desta situação.

Como consequência da devastação do pinhal, como também foi referido, tem-se vindo a assistir a um aumento sistemático da área ocupada por eucaliptos e acácias ou mimosas, estas últimas por serem invasoras bem adaptadas a zonas incendiadas e os eucaliptos por serem plantados indiscriminadamente devido ao seu presente valor económico.

Apesar disso, os carvalhais e os montados de sobre e de azinho ocupam ainda quase um milhão de hectares em Portugal, sendo necessário, no entanto, para a defesa, manutenção e aumento dessa área, que haja uma radical modificação nas políticas agrícola e agroflorestal do nosso país.

Não se pode continuar apenas com explorações agroflorestais e agrícolas mono-específicas. Não só porque são explorações que provocam baixas drásticas na Biodiversidade, como também são formações de elevada homogeneidade genética. Tal homogeneidade conduz a um empobrecimento dos genes disponíveis e não permite o melhoramento e selecção das espécies que ficam, assim, com menor aptidão para a sobrevivência. Isso implica maiores riscos de catástrofes, como incêndios mais devastadores e maior facilidade de propagação de epidemias.





Com ou sem eucaliptos e acácias, a continuar a onda de incêndios dos últimos anos, as nossas montanhas caminham vertiginosamente para a desertificação com o conseqüente aumento do assoreamento dos rios. Aliás, muitas das nossas montanhas são, actualmente, autênticas zonas desérticas, pois até as já referidas formações secundárias de tojo, giestas, urzes e carquejas, que ainda “seguravam” o resto de solo empobrecido, têm sido devastadas pelos incêndios.

Outra consequência do desmembramento dos Serviços Florestais é a diminuição da área arborizada de ano para ano, por não terem pessoal e verbas para re-arborizar ou apoiar a plantio por particulares das áreas ardidas. Desde 1974, são destruídos por incêndios e exploração industrial, em média anual, cerca de 50-65 mil hectares (valor muito ultrapassado em 2003, em que arderam mais de 400 mil hectares) e são arborizados apenas cerca de 15-20 mil hectares. Há, pois, em média, um défice anual de 30-50 mil hectares. Assim, todos os anos assistimos a uma diminuição contínua da área arborizada do país. Só os nossos governantes é que não querem ver. Por outro lado, temos que legislar no sentido de obrigar a plantar um número igual ou superior ao das árvores abatidas para comercialização, tal como o fazem alguns países europeus (ex.: Finlândia e Suíça). Enquanto não se re-estruturarem convenientemente os Serviços Florestais e não se investir na prevenção e não apenas no combate, continuaremos a caminhar para a desertificação.

Além disso, devido ao actual “Aquecimento Global”, Portugal está a ter verões mais quentes, mais secos e de maior amplitude. Ora, as únicas árvores que temos, capazes de suportarem estas novas condições, são, precisamente, os sobreiros e as azinheiras.

É, pois, necessário repensar a floresta de produção e ordenar o país. Mas isto levará muitos anos, pois sobreiros e azinheiras são árvores de crescimento lento e o ordenamento do território é muito trabalhoso e demorado. Porém, isso já foi feito no Ribatejo e Alentejo. Os montados de sobreiro e de azinho demoraram dezenas de anos a formarem-se, mas hoje são rendíveis e sempre com o mesmo número de árvores pois, conforme vão morrendo, vão sendo substituídas por outras.

Se os nossos governantes continuarem, teimosamente, a não querer ver o que está a acontecer, caminharemos rapidamente para um amplo deserto de pedras montanhoso, com a planície e o litoral transformado num imenso acacial, como, aliás já acontece em muitas regiões de Portugal.

Jorge Américo Rodrigues de Paiva, nascido em Cambondo, Angola, a 17 de setembro de 1933, é formado em Ciências Biológicas pela Universidade de Coimbra e Doutorado em Biologia pelo Departamento de Recursos Naturais e Meio Ambiente da Universidade de Vigo (Espanha). Foi investigador principal no Departamento de Botânica da Universidade de Coimbra, onde ensinou algumas disciplinas, dando palestras como professor convidado em diversas universidades por todo o mundo.

Como investigador do Instituto Nacional de Pesquisa Científica (INIC), trabalhou por três anos em Londres, nos Jardins Kew e na Secção de História Natural do Museu Britânico. Como fitotaxonomista, percorreu a Europa, particularmente a Península Ibérica, as Ilhas Macaronésias, África, América do Sul e Ásia, tendo também visitado a Austrália. Pertenceu à Comissão Editorial da Flora Ibérica (Portugal e Espanha), Flora de Cabo Verde e *Conspectus Florae Angolensis*, bem como de algumas revistas científicas. Foi colaborador (no estudo de alguns grupos de plantas superiores) de várias floras africanas, como a Flora Zambesiaca (Moçambique, Malawi, Zimbábue, Zâmbia e Botswana), Flora da África Oriental Tropical (Quênia, Tanzânia e Uganda), Flore du Gabon e Flore du Cameroun. Integrou ainda vários grupos internacionais de investigadores em estudos e coleções de campo, não só na Península Ibérica, mas também em países africanos (Moçambique, Quênia, Seychelles, Tanzânia, Zimbábue, Angola, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe), asiáticos (Timor, Tailândia e Vietname) e americanos (Brasil e Paraguai).

Como ambientalista, é conhecido pela sua intransigente defesa do Meio Ambiente, sendo um membro activo de várias Associações e Comissões nacionais e estrangeiras. A sua actividade em defesa do meio ambiente foi distinguida em 1993 com o Prémio “Nacional” da Quercus (Associação Nacional para a Conservação da Natureza); Em 2005, com o Prémio “Carreira” da Confederação Nacional das Associações de Defesa Ambiental; Em 2005, com o Prémio “Amigos da Prosepe” da Prosepe (Projeto para Sensibilizar a População Escolar); Em 2001 e 2002, com as menções honrosas dos respectivos Prémios Nacionais de Meio Ambiente “Fernando Pereira” conferidos pela Confederação Nacional das Associações de Defesa do Meio Ambiente.

Em dezembro de 2013, foi homenageado pela Universidade de Coimbra pela sua actividade como cientista, professor e divulgador de ciências, com uma sessão solene no Auditório da Reitoria, intitulada “Uma vida dedicada à Botânica” e a inauguração do “Sala da Cultura Científica Jorge Paiva”, no Jardim Botânico da Universidade de Coimbra; Em maio de 2014, pela Santa Casa da Misericórdia de Arganil com a inauguração do Largo Jorge Paiva no Parque adjacente ao edifício; Em novembro de 2014, pela Ciência Viva (Agência Nacional de Cultura Científica e Tecnológica) com o Grande Prémio de Ciência Viva 2014.

Publicou mais de quinhentos artigos sobre fitotaxonomia, palinologia e meio ambiente. Apresentou inúmeras comunicações e deu várias conferências em reuniões científicas, congressos, simpósios e acções pedagógicas (mais de 2.000).

fonte: cfe.uc.pt



3, 4 e 6 de Julho de 2017

Ateliers do programa OTL

ARQUEOLOGIA E ENTOMOLOGIA



01



02



03



04

Fotografias APNCT

Nos dias 3, 4 e 6 de Julho de 2017, a APNCT dinamizou, a convite da Câmara Municipal de Trancoso, duas oficinas no âmbito das Actividades de Ocupação dos Tempos Livres.

Na oficina de Entomologia, os participantes puderam perceber a função e importância dos

insectos, bem como aprenderam a fazer a sua análise taxonómica através da recolha e observação de espécimes.

Na segunda, o Atelier “Pequenos Arqueólogos”, as crianças tomaram parte activa numa pequena ‘escavação arqueológica’, através da qual ficaram

a conhecer as diversas técnicas de escavação, registo e inventário dos materiais recolhidos.

No decorrer dos três dias, participaram nestas actividades mais de uma centena de crianças do 1º e 2º ciclos de escolaridade, que ficaram a conhecer melhor o Parque Municipal e a APNCT.

01 Atelier de Entomologia - Observação de Espécimes
02 Atelier de Entomologia - Análise Taxonómica

03 Atelier de Arqueologia - Técnicas de Escavação
04 Atelier de Arqueologia - Técnicas de Limpeza

17 a 19 de Novembro de 2017

Seminário Nacional Participa Mais+

“PLANO ESTRATÉGICO PARA A JUVENTUDE NO PODER LOCAL”

A APNCT participou, a convite da FNAJ - Federação Nacional das Associações Juvenis, no Seminário Nacional - Juventude e Poder Local, que teve lugar na cidade de Chaves, em que participaram mais de 40 autarquias e 80 associações juvenis.

Este evento contou com o apoio do Programa Erasmus+ Juventude em Ação e da Câmara Municipal de Chaves e teve como premissa o Diálogo Estruturado, promovendo o debate e a partilha de ideias entre jovens dirigentes associativos de vários municípios de Portugal e responsáveis pelas políticas de juventude das autarquias locais, a partir do qual se procurou elaborar um “Plano Estratégico de Políticas de Juventude no Poder Local- Medidas orientadoras”, partindo da Estratégia Europeia 2020 e da Estratégia Europeia para a Juventude.



Cartaz FNAJ



01



02



03

Fotografias: APNCT

29 de Outubro de 2017

Recolha de Bolotas

SAÍDA DE CAMPO | PARQUE MUNICIPAL DE TRANCOSO

A Associação de Protecção da Natureza do Concelho de Trancoso promoveu, durante a manhã do dia 29 de Outubro, uma saída de campo com vista à recolha de bolotas de carvalhos autóctones no Parque Municipal de Trancoso. No fim da recolha os participantes procederam à selecção das bolotas e ao respectivo tratamento por forma a assegurar a sua conservação. A iniciativa teve como principais objectivos alertar para

a importância da reflorestação das áreas ardidas do concelho e contribuir para a criação de um viveiro de bolotas que possa ser utilizado noutras acções a desenvolver (semear no campo, semear em copos, ateliers sobre sementeira...) em colaboração com as várias entidades do concelho, contribuindo desta forma para a conservação e recuperação dos bosques e florestas e alertando para a necessidade da sua manutenção regular.

01 Recolha de bolotas do solo

02 Selecção das bolotas utilizando a técnica de flutuação

03 Armazenamento em sacos de serapilheira por forma a assegurar a humidade necessária

FICHA TÉCNICA

Produção gráfica Andreia Garrido **Textos e conteúdos** APNCT, Jorge Paiva **Fotografias e imagens** Autores nas legendas
Coordenadores Andreia Garrido e Tiago Gil **Impressão** N'Funções **Nº de exemplares impressos** 50 exemplares



Fotografia Luis Matos

10 de Dezembro de 2017 Frecholiva

CAMINHADA INTERPRETATIVA DO CICLO DE PRODUÇÃO DE AZEITE



01



03



02



04



05

1, 2 e 3 - Fotografias APNCT

Fotografia Carlos Pires

Fotografia APNCT

01 Visita ao Museu do Azeite

03 Visita ao lagar de azeite da Catraia

05 Pequena lembrança da iniciativa oferecida aos participantes

02 Passagem pela Catraia da Brites

04 Grupo de participantes

No dia 10 de Dezembro de 2017, a Associação de Protecção da Natureza do Concelho de Trancoso organizou, em parceria com a União de Freguesias de Freches e Torres, uma caminhada interpretativa do património cultural e natural da povoação de Freches e do seu entorno.

Com este passeio pretendeu-se proporcionar um dia de salutar convivência entre os participantes e partir à descoberta de pontos de interesse histórico, paisagístico e de contacto com a natureza. Aliando o desfrutar da natureza à divulgação do património

olivícola da freguesia, procurou dar-se a conhecer o ciclo de produção de azeite, da colheita da azeitona (manualmente, por varejamento ou meios mecânicos) até à extração do azeite.

As condições climáticas adversas que se fizeram sentir nesse dia obrigaram a algumas alterações ao percurso previsto. No entanto, tal facto não impediu a visita interpretada ao património construído e natural da povoação de Freches, bem como ao lagar de azeite da Catraia e ao museu do azeite da povoação, o que possibilitou aos cerca de

20 caminhantes o contacto com as várias etapas e especificidades do ciclo de produção de azeite.

Agradecemos, desta forma, a colaboração na organização da actividade à União das Freguesias de Freches e Torres, na pessoa do seu Presidente António Fonseca, e às pessoas envolvidas na preparação do reforço e do almoço. Agradecemos também ao Município de Trancoso pela cedência de transporte, bem como à Salsicharia Coelho, à Salsicharia Fonseca, aos Talhos Manos, à Padaria Neves e à Casa da Prisca pelo apoio a esta iniciativa.



TORNA-TE SÓCIO

Casa do Parque Municipal, Apartado 43, 6420-909 Trancoso | T. 271 811 399 | NIF 502 673 230 | facebook.com/APNCTrancoso